26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

O MÉTODO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

THE METHOD OF THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY: *REMARKS FOR A RESEARCH AGENDA*

Rodrigo Moreno Marques - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O objetivo do artigo é analisar os princípios do método da crítica da economia política que foi adotado por Karl Marx e permanece imprescindível para apreensão dos fenômenos contemporâneos que envolvem a informação, a comunicação e a cultura. A análise imanente proposta por José Chasin foi adotada como metodologia aplicada a um *corpus* que inclui algumas das principais obras publicadas por Marx e manuscritos legados pelo autor. Adicionalmente, o artigo estabelece interlocuções com intérpretes do pensamento de Marx que também se debruçaram sobre o método da crítica da economia política. Como resultado da análise, são discutidos os seguintes princípios teórico-metodológicos: (i) a primazia da ontologia e a busca do conhecimento objetivo e verdadeiro da realidade; (ii) a dialética e a superação dialética; (iii) o princípio da totalidade e o percurso do abstrato ao concreto; (iv) as relações sociais que constituem a essência humana e o fetichismo que as oculta; e (v) a noção de formas sociais.

Palavras-chave: Crítica da economia política; economia política; método; princípios metodológicos; marxismo.

Abstract: This article analyzes the methodological principles underpinning Karl Marx's critique of political economy, a framework that remains essential for understanding contemporary issues related to information, communication, and culture. Employing José Chasin's immanent analysis as a methodological approach, the study examines a corpus that includes both Marx's major published works and his extant manuscripts. The article also engages with key interpreters of Marx who have addressed the methodological principles of political economy. The analysis focuses on five core theoretical-methodological principles: (i) the primacy of ontology and the pursuit of objective, truthful knowledge of reality; (ii) dialectics and dialectical sublation; (iii) the principle of totality and the progression from the abstract to the concrete; (iv) the social relations constituting human essence and the fetishism that obscures them; and (v) the concept of social forms.

Keywords: Critique of political economy; political economy; method; methodological principles; Marxism.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar alguns princípios do método da crítica da economia política que foi empregado por Karl Marx e permanece indispensável para a apreensão dos fenômenos contemporâneos que envolvem a informação, a comunicação e a cultura.

Para atingir os resultados ora apresentados, foi adotada como metodologia a análise imanente proposta por José Chasin (2009), aplicada a um *corpus* formado por algumas das principais obras publicadas por Marx (2010, 2013a, 2013b, 2013c, 2024) e manuscritos legados pelo autor (2007, 2011, 2014, 2017, 2022). Adicionalmente, o artigo estabelece interlocuções com intérpretes da obra de Marx que também analisaram seu método.

A discussão do método da crítica da economia política se justifica por duas razões. A primeira é a necessidade de evitar interpretações que incorram nos equívocos do fetichismo ou do idealismo ao abordar os fenômenos contemporâneos que envolvem a informação, a comunicação e a cultura. A segunda razão reside no fato de que o chamado método dialético frequentemente é apresentado em manuais de metodologia de maneira lacunar e distorcida, como se observa, por exemplo, nos livros *Metodologia Científica* (Lakatos; Marconi, 1991) e *Métodos e técnicas de pesquisa social* (Gil, 2008).

Se considerarmos que o método de pesquisa é um conjunto de normas, procedimentos e definições universais destinados a orientar investigações científicas, podemos afirmar que Marx não nos deixou um método dessa natureza. Porém, em seus textos, é possível identificar os princípios teórico-metodológicos que orientaram suas pesquisas, voltadas para revelar a "anatomia da sociedade civil", ou seja, a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa moderna (Marx, 2024, p. 25). Em outras palavras, há na obra de Marx um conjunto de pressupostos e princípios que orientaram suas investigações (Chasin, 2009; Machado, 2018; Netto, 2006, 2011). É com base nessa compreensão que adoto a expressão método da crítica da economia política ou, simplesmente, método de Marx.

O texto está organizado da seguinte forma. Após a introdução, apresento a análise imanente (Chasin, 2009) que foi aplicada ao *corpus* da pesquisa para extrair dele os principais fundamentos do método da crítica da economia política. Em seguida, esses fundamentos são discutidos na seguinte ordem: (i) a primazia da ontologia e a busca do conhecimento objetivo

e verdadeiro da realidade; (ii) a dialética e a superação dialética; (iii) o princípio da totalidade e o percurso do abstrato ao concreto; (iv) as relações sociais que constituem a essência humana e o fetichismo que as oculta; e (v) a noção de formas sociais.

2 ANÁLISE IMANENTE

A análise imanente é um procedimento que objetiva buscar o traçado determinativo de um texto ou conjunto de textos, privilegiando o modo como o próprio autor os concebeu e como ele se expressou. Conforme explica José Chasin, esse procedimento fundamenta-se na adoção de uma "analítica matrizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado" (Chasin, 2009, p. 25).

Essa analítica apresentada por Chasin visa a apreensão do teor de um texto em sua própria objetividade imanente. Busca-se a objetividade do discurso enquanto discurso, objetividade essa que independe das interpretações de outros analistas que também estudaram aquele texto. Esse procedimento é, portanto, oposto ao método hermenêutico, segundo o qual os sentidos de um texto sofrem influência da subjetividade dos intérpretes e das suas concepções prévias. Além disso, a análise imanente também rejeita debilidades intrínsecas que decorrem de especulações racionalistas autorreferidas. Conforme destaca Sérgio Lessa (2011), reconhecer a imanência de um texto pressupõe reconhecer que o texto tem existência e autonomia próprias frente ao leitor. Nesse sentido, por meio da análise imanente, o texto deve ser encarado em sua consistência autossignificativa. Para tanto, o analista deve buscar "toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos quanto negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam" (Chasin, 2009, p. 25).

A abordagem imanente representa, portanto, uma exegese que atribui a mais rigorosa prioridade ao texto e, especialmente, à duas dimensões dele. A primeira dimensão, mais direta, imediata e explícita, é a articulação interna do texto, ou seja, seu conteúdo manifesto. A segunda dimensão diz respeito ao que o texto não diz, assim como ao que está implícito no texto ou pode ser deduzido a partir dele. Trata-se não somente de "explicar o que o texto diz, mas também por que o texto o faz da forma como o faz" (Lessa, 2011, p. 19). Porém, uma exegese que busque somente as relações internas de um texto e suas articulações conceituais não é capaz de ir além da mera exploração formal desse material textual. Como todo texto é produzido tendo em vista um objeto externo a ele, uma análise imanente deve fazer

referência a esse objeto exterior, bem como ao contexto histórico e social onde ele está inserido (Lessa, 2011).

Após essa breve apresentação da análise imanente, passemos à sua aplicação aos textos de Marx que compõem o *corpus* da pesquisa ora relatada, para deles extrairmos os principais fundamentos do método da crítica da economia política.

3 A PRIMAZIA DA ONTOLOGIA E A BUSCA DO CONHECIMENTO OBJETIVO E VERDADEIRO DA REALIDADE

Entre os princípios centrais do método de Marx está o reconhecimento da primazia da ontologia sobre a epistemologia nas investigações dos fenômenos sociais. Isso significa que toda análise deve partir da realidade social efetivamente existente, e não de construções mentais idealizadas ou previamente concebidas (Lukács, 2003; Marx, 2011; Netto, 2011). Em outras palavras, a reflexão marxiana não está fundada em critérios gnosioepistêmicos e esse tipo de critério não é parâmetro de cientificidade para Marx (Chasin, 2009). Para produção de conhecimento científico, completa Lessa (2011, p. 14), "é o objeto que deve fornecer à subjetividade os parâmetros decisivos para o desenvolvimento da teoria". Nesse sentido, Lenin sustenta que a essência do marxismo, sua alma viva, consiste na "a análise concreta de uma situação concreta" (1920, p. 166). Tal advertência é particularmente relevante porque, com frequência, pesquisadores cometem o equívoco de percorrer o caminho inverso ao iniciarem suas investigações pela escolha de uma teoria, antes mesmo de definir o objeto empírico a ser estudado.

Outro princípio fundamental do método de Marx refere-se à busca de um conhecimento verdadeiro da realidade social. Em oposição às correntes pós-modernas, fenomenológicas e existencialistas, que questionam a existência objetiva dos fenômenos sociais, Marx sustenta que é possível alcançar um conhecimento verídico acerca da estrutura e da dinâmica da realidade investigada. O fenômeno social que é objeto de pesquisa, explica Marx, tem existência real e objetiva, que independe da consciência do pesquisador ou de suas interpretações subjetivas. Em outras palavras, a realidade social não depende das expectativas, desejos ou representações daquele que a estuda (Cardoso, 1977, 1985, 2005; Netto, 2011). A tarefa do pesquisador consiste em reproduzir, no plano do pensamento, o movimento efetivo do objeto investigado, apreendendo sua estrutura e sua dinâmica. E essa reprodução mental "será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao

objeto" (Netto, 2011, p. 21), embora a coincidência absoluta entre conhecimento e realidade seja inalcançável (Mandel, 1978).

Entretanto, reconhecer a existência objetiva do objeto de pesquisa não implica considerar que o pesquisador seja neutro e nem que os resultados da sua investigação sejam neutros. Como a ciência é um "produto geral do desenvolvimento social" (Marx, 2022, p. 93), ela pode assumir diferentes formas sociais e estar subordinada a interesses particulares. Consequentemente, o conhecimento científico pode contribuir tanto para emancipação humana quando quanto para sua dominação. Marx, que apresentava sua crítica da economia política como um ponto de vista do proletariado, dirigiu críticas à ciência que estava vinculada aos interesses da classe capitalista, cuja produção teórica, ideologicamente contaminada, se apresentava como força produtiva do capital (Dussel, 2012; Löwy, 1978; Marx, 2013a, 2022). Contudo, o reconhecimento de que a ciência não é neutra não elimina a necessidade de a pesquisa produzir um conhecimento objetivo acerca da realidade social. E esse conhecimento, destaca Netto (2011, p. 23), possui "uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica". Ao abordar essa temática, Löwy (1978) explica que, apesar da ciência estar necessariamente vinculada a interesses de classe, precisamos evitar as armadilhas de relativismos que postulam a existência de várias verdades igualmente válidas e negam a possibilidade de um conhecimento objetivo e verdadeiro da realidade social.

Feitas essas considerações, analisemos outros princípios do método da crítica da economia política: a dialética e a superação dialética.

4 A DIALÉTICA E A SUPERAÇÃO DIALÉTICA

A dialética constitui um dos pilares do método de Marx. Embora tenha sido influenciado pela filosofia de Hegel, Marx supera a dialética idealista hegeliana ao se apropriar do seu núcleo racional e rejeitar seus elementos místicos. Nos termos de Marx,

> Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (Marx, 2013c, p. 90-91).

Em outra passagem, Marx sintetiza:

> meu método não é o de Hegel, posto que sou materialista e Hegel é um idealista. A dialética de Hegel é a forma fundamental de toda a dialética, mas somente quando despojada de sua forma mística – e é precisamente isto o que distingue o meu método (Marx, 2013c, p. 238).

No âmbito do pensamento marxiano, a dialética corresponde a uma forma de compreender as contradições que atravessam a realidade e os fatos que a constituem como uma totalidade dinâmica. De acordo com essa perspectiva, considera-se que os fenômenos sociais são simultaneamente determinados por essa totalidade e determinantes dela. Tomar os fenômenos como elementos determinantes e determinados de uma totalidade nos traz uma perspectiva bem mais rica do que simplesmente buscar causalidades.

A dialética parte do pressuposto de que a realidade se encontra em constante transformação e possui um caráter essencialmente contraditório (Konder, 2008). Lefebvre (2010) reforça essa concepção ao sustentar que o método dialético se fundamenta na análise das contradições presentes no real. De modo semelhante, Ernest Mandel (1978) chama a dialética de ciência das contradições e de lógica das contradições. Percebe-se aí a influência de Hegel, cuja dialética é frequentemente apresentada como a teoria das contradições.

Diante disso, torna-se necessário responder uma questão: o que são as contradições que o pensamento dialético deve analisar?

A concepção dialética de contradição distingue-se daquela adotada na lógica formal. A dialética materialista não rejeita a lógica formal e reconhece sua utilidade como instrumento analítico. Contudo, os limites da lógica formal tornam-se evidentes quando o objeto de análise envolve os fenômenos que estão em transformação ou em processo de mudança, como ocorre nos fenômenos sociais tomados em sua historicidade (Lefebvre, 1991; Mandel, 1978). Nesse terreno, a contradição não é vista como um erro do pensamento, mas como uma característica constitutiva da própria realidade.

Na perspectiva dialética, a contradição expressa a dimensão conflitiva inerente aos processos de mudança, afinal, o que move as transformações sociais são os conflitos e antagonismos, e não a harmonia social, como acreditavam Voltaire, Rousseau e Kant (Lefebvre, 2010). Além disso, a contradição também diz respeito aos problemas, obstáculos e desafios enfrentados pelos seres humanos em sua prática social, sua ação e luta histórica (Konder, 2008). Portanto, a contradição é o princípio básico que faz a sociedade se modificar ao longo da história e assumir distintas formas sociais. As contradições presentes nos

fenômenos, explicar Müller, “não são a aparência de uma unidade essencial, mas a essência verdadeira de uma objetividade alienada” (1982, p. 26).

Na busca pela compreensão da realidade, nosso pensamento também se depara com contradições. Entretanto, essas contradições que se manifestam no pensamento têm um fundamento objetivo e real, têm uma fundamentação na realidade. A existência de posições opostas, de “pró e contra” ou de “sim e não”, decorre do fato de que as realidades não só apresentam aspectos múltiplos, mas são facetas mutáveis e contraditórias (Lefebvre, 2010).

Desse modo, cada pesquisador que emprega o método da crítica da economia política deve identificar as contradições específicas que estruturam seu objeto de estudo e investigar seus fundamentos objetivos. Essa tarefa só pode ser realizada por meio da análise concreta do próprio objeto, visando apreender sua materialidade social e sua particularidade histórica. É nesse sentido que Lefebvre afirma: “De cada realidade é preciso capturar as suas contradições particulares, o seu movimento individual (interno), a sua qualidade e as suas transformações bruscas” (2010, p. 34).

Na obra de Marx, algumas contradições assumem relevância, entre elas a oposição entre capital e trabalho, os conflitos entre desenvolvimento tecnológico e relações sociais, a concorrência entre capitais, as lutas de classe e os embates políticos. Diferentes contradições também foram analisadas por Marx em seus escritos sobre nacionalismo, raça, etnia e sociedades não ocidentais (Anderson, 2019).

Outro conceito essencial para a compreensão da dialética é o de superação dialética ou suprassunção. Para expressá-lo, Hegel utilizou o substantivo *aufhebung* e o verbo *aufheben*, também usados frequentemente por Marx. O termo *aufheben* reúne três sentidos diferentes e igualmente válidos. O primeiro é o de negar, anular, cancelar. O segundo é o de levantar, sustentar, erguer. O terceiro é o de elevar a qualidade, promover a passagem de algo para um nível superior. Em suma, *aufheben* significa simultaneamente abolir, preserva e transcender. Conforme explica Konder, “a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (2008, p. 25).

A noção de superação dialética é fundamental para compreender tanto o movimento histórico quanto a dinâmica dos fenômenos sociais, uma vez que os processos de transformação social ocorrem por meio de sucessivas superações dialéticas.

> em todas as grandes mudanças há uma negação, mas ao mesmo tempo uma preservação (e uma elevação a nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes. Mudança e permanência são categorias reflexivas, isto é, uma não pode ser pensada sem a outra (Konder, 2008, p. 53).

Além de contribuir para a compreensão dos processos históricos, a ideia de superação dialética também oferece um importante recurso para a reflexão teórica. Sob o crivo da dialética, os conceitos e os arcabouços teóricos precisam ser questionados para deles expurgarmos o que precisa ser revogado e, ao mesmo tempo, preservarmos seus melhores atributos, resultando na sua elevação, no seu soerguimento como algo enriquecido pela reflexividade (Paula, 2010).

Por evidenciar a inevitabilidade da mudança e o caráter contraditório da realidade social, a dialética tende a desafiar tanto os interesses estabelecidos quanto as concepções cristalizadas e resistentes à transformação (Konder, 2008).

Outro princípio fundamental do método da crítica da economia política é o princípio da totalidade, também inspirado no pensamento de Hegel, que afirmou em 1807 na *Fenomenologia do Espírito* que "o verdadeiro é o todo" (2003, p. 36).

5 O PRINCÍPIO DA TOTALIDADE E O PERCURSO DO ABSTRATO AO CONCRETO

Na tradição marxista, o princípio da totalidade parte da compreensão de que fatos e ideias não existem de forma isolada, mas estão inseridos em uma totalidade mais abrangente. Por essa razão, o pesquisador deve evitar analisar fenômenos de maneira fragmentada, desvinculando-os tanto de outros elementos quanto do processo social mais amplo ao qual pertencem (Konder, 2008; Lefebvre, 2010; Müller, 1982).

O real constitui "uma totalidade rica de uma infinidade de aspectos, que a análise científica e o conhecimento devem explicar, ao mesmo tempo, nas suas relações recíprocas e nas relações contraditórias" (Mandel, 1978, p. 123). Portanto, cabe ao pesquisador

> abordar cada fenômeno, cada objeto de análise e de conhecimento, não apenas para disso determinar as contradições internas que determinam a sua evolução [...]. Deve igualmente esforçar-se por abordar o fenômeno de maneira global, por o dominar sob todos os seus aspectos, por o considerar em sua totalidade, por evitar toda aproximação unilateral, que isola de maneira arbitrária tal ou tal aspecto da realidade, suprime, não menos arbitrariamente, tal ou tal outro aspecto, e é, por esse fato, incapaz de apreender as contradições em seu conjunto e, logo, de compreender o movimento em sua totalidade (Mandel, 1978, p. 123).

Sob essa ótica, o princípio da totalidade se contrapõe às perspectivas pós-modernas que rejeitam as grandes narrativas e privilegiam recortes microssociológicos como única forma legítima de investigação, tal como se observa, por exemplo, na obra de Foucault (2021).

Entretanto, trabalhar com a totalidade não significa pretender captar toda a complexidade do real. Toda investigação científica exige uma simplificação analítica, isto é, a redução da totalidade aos seus elementos mais decisivos. Esse procedimento corresponde ao momento da abstração, indispensável à produção do conhecimento (Mandel, 1978).

Marx (2011), na introdução dos *Grundrisse* (*Esboços da Crítica da Economia Política*), descreve o método necessário para apreender a essência do seu objeto de investigação, a sociedade civil burguesa. Segundo ele, a investigação deve começar no nível abstrato, com o ato de abstração. O processo de abstração consiste em, a partir da representação concreta da realidade, separar seus diversos elementos constitutivos. Na abstração, pressupomos que cada elemento destacado constitui uma totalidade própria que, num primeiro momento, pode ser analisada isoladamente. Importante destacar que a identificação das abstrações não decorre de abordagens gnosiológicas ou lógicas do pesquisador. As abstrações devem ser extraídas da essência ontológica do próprio objeto da pesquisa. Desse processo emergem determinações abstratas, ou seja, conceitos abstratos. Embora cada determinação corresponda a um aspecto efetivo da realidade, ao ser isolada analiticamente, ela transforma-se em uma representação parcial do real. Assim, a primeira etapa da investigação consiste em identificar e estudar as determinações que compõem o objeto de pesquisa. Em seguida, torna-se necessário examinar as relações de codeterminação entre essas determinações, compreendendo como elas se influenciam reciprocamente e como se articulam de forma contraditória. O passo seguinte corresponde ao momento propriamente dialético do método que é a reconstrução mental de uma totalidade concreta. Nesse estágio, realiza-se um movimento inverso ao da abstração, recolocando cada determinação em seu lugar dentro do conjunto. Em outras palavras, nesse que é o estágio final da análise, devemos buscar, nos nexos do próprio objeto da pesquisa, as articulações entre as determinações abstratas que foram anteriormente identificadas. Dessa forma, torna-se possível atingir o concreto pensado, uma “síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade” (Marx, 2011, p. 54), ou seja, torna-se possível atingir “a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento” (2011, p. 55). Assim, podemos alcançar uma representação dos aspectos essenciais da realidade social, constituída por múltiplas

determinações inter-relacionadas (Cardoso, 1977, 1985, 2005; Chasin, 2009; Dussel, 2012). Conforme explica Müller (1982, p. 28):

> Somente o método dialético pode conduzir ao verdadeiro concreto, porque ele o expõe na forma de um resultado do desenvolvido pelo pensamento a partir das categorias mais simples e abstratas (e aparentes), que se determinam e enriquecem progressivamente em categorias mais complexas e intensivas (e essenciais), até chegar ao concreto total, "à totalidade concreta enquanto totalidade de pensamento", "ao concreto de pensamento".

Essa concepção evidencia outro princípio do método marxiano, que é a necessidade de evitar a adoção de conceitos muito amplos e genéricos, que, justamente por sua abrangência, acabam perdendo seu caráter explicativo. Como observa Machado, "se algo está presente em todas as formas de sociedade, não é capaz de explicar nenhuma delas" (2018, p. 68). Assim, categorias abstratas podem servir como ponto de partida da análise, mas somente ganham eficácia explicativa quando o pesquisador avança em direção às determinações concretas e historicamente específicas que caracterizam uma realidade particular.

Ao atingirmos esse ponto da análise dos princípios do método de Marx, emerge outra questão. O que constitui a essência humana que, analisada em suas especificidades históricas, nos permite apreender a anatomia de um tipo de sociedade, como a sociedade civil burguesa? O jovem Marx respondeu essa questão em suas *Teses sobre Feuerbach* (1845), ao afirmar que a "essência humana [...] é o conjunto das relações sociais" (Marx, 2007, p. 534). Compreender esse princípio exige decifrar quais são as relações sociais mais relevantes para a constituição de um tipo de sociabilidade predominante.

6 AS RELAÇÕES SOCIAIS QUE CONSTITUEM A ESSÊNCIA HUMANA E FETICHISMO QUE AS OCULTA

Marx e Engels (2007) compreenderam que os seres humanos, ao produzirem e reproduzirem cotidianamente sua existência por meio do trabalho, participam da constituição de modos de produção historicamente determinados. Em cada modo de produção predomina um conjunto específico de relações sociais que forma a estrutura econômica da sociedade e exerce um caráter coercitivo, levando a maior parte dos indivíduos a reproduzir essa forma particular de sociabilidade. Portanto, uma relação social pode ser entendida como "um tipo específico de relação entre indivíduos, justamente aquela posta pela forma específica de sociedade que estes reproduzem" (Machado, 2018, p. 60).

Em 1843, o jovem Marx (2010) já tinha percebido que as relações mais decisivas para a constituição de uma determinada sociedade não são as relações jurídicas, políticas ou intelectuais. Da mesma forma, podemos afirmar que não são as relações informacionais, comunicacionais ou educacionais. Embora essa afirmativa possa causar estranhamento entre pesquisadores da Ciência da Informação, da Comunicação e da Educação, ela se fundamenta em uma perspectiva ontológica e não epistemológica. Segundo essa perspectiva, a justiça, a política, a educação e a cultura tendem a se subordinar ao complexo de relações envolvidas na produção e reprodução da vida social, as quais compõem a estrutura econômica da sociedade. Marx sintetizou essa concepção em 1859 ao afirmar:

> Na produção social de sua vida, os humanos estabelecem relações bem determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem certas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos humanos que determina seu ser, mas o inverso: é seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2024, p. 25).

Ao contrário de ter um caráter determinista, a perspectiva de Marx pressupõe a existência de uma relação dialética entre a estrutura econômica da sociedade, formada pelas relações de produção e reprodução da vida, e os seus elementos superestruturais, como a política, o direito, a educação e a cultura.

Existe, contudo, um elemento que dificulta a apreensão do conjunto das relações sociais que constituem a essência humana. Trata-se de um fenômeno da sociedade burguesa que é o fetichismo. Assim, uma das tarefas centrais do conhecimento científico consiste em desvelar a ilusão produzida pelo fetichismo (Grespan, 2021; Marx, 2013; Rubin, 1987).

Como já destacado, toda investigação deve partir do real existente ou, mais precisamente, da sua aparência fenomênica imediata. Entretanto, embora essa aparência seja parte da realidade e, por isso, não possa ser ignorada, ela é parcial e incompleta, pois os elementos essenciais do real tendem a permanecer encobertos sob suas aparências fenomênicas (Kosik, 2010), ou seja, encobertos pelo fetichismo. E é justamente por essa razão que a ciência se torna necessária, como afirma Marx: “Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (2017, p. 880).

Na obra marxiana, o conceito de fetichismo não representa desejos compulsivos ou obsessões, como afirma o senso comum. Marx utiliza a noção de fetichismo de maneira

explícita e implícita em diferentes passagens da sua obra ao analisar os fetichismos da mercadoria, do dinheiro, do capital e dos juros, entre outros (2013, 2014, 2017).

Em sentido amplo, o fetichismo designa a ilusória projeção de características sociais sobre objetos e coisas, como se tais características fossem propriedades naturais e inerentes àquelas coisas. Nesse processo, uma "relação social determinada entre os próprios homens [...] assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (Marx, 2013a, p. 147). Em outras palavras, relações sociais entre indivíduos passam a adquirir aparência objetiva, coisificada. Marx também utiliza o conceito de fetichismo para descrever o movimento inverso, quando relações entre coisas parecem adquirir atributos subjetivos e autonomia própria (Grespan, 2021).

Nos capítulos iniciais do Livro I de *O Capital*, Marx (2013a) apresenta a forma mais elementar desse fenômeno que é o fetichismo da mercadoria. Ele surge quando a mercadoria passa a mediar e dominar as relações entre as pessoas. Os produtos do trabalho humano, ao assumirem a forma social mercadoria, passam a reger os processos de produção e de troca. Nesse contexto, ocorre uma inversão da relação entre sujeito e objeto, quando o produto do trabalho humano (o objeto) adquire poder sobre seu próprio criador (o sujeito), que se torna subordinado a uma forma historicamente determinada de exploração social. Essa inversão, contudo, não se manifesta de forma transparente. Ao contrário, ela permanece encoberta sob as aparências das mercadorias. Quem observa os aspectos materiais de uma mercadoria não consegue perceber as relações sociais de exploração envolvidas no seu processo de produção e circulação.

No caso do dinheiro, o fetichismo faz com que o senso comum atribua ao dinheiro a capacidade de criar valor, embora apenas o ser humano, por meio do seu trabalho, seja efetivamente capaz de criar valor.

Marx argumenta ainda que o fetichismo alcança seu grau mais desenvolvido no caso do capital portador de juros, quando o dinheiro gera mais dinheiro "sem a mediação do processo de produção e circulação". Surge o fetiche do capital "em toda a sua pureza", isto é, a "mistificação capitalista em sua forma mais descarada" (2017, p. 442).

Ao discutir o caráter ideológico dessa dominação da "coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor", Marx estabelece uma analogia com a religião, identificando nela igualmente "a inversão do sujeito em objeto e vice-versa" (2022, p. 60). Assim como os deuses, criados pela imaginação humana, passam a

exercer domínio sobre seus criadores, os produtos do trabalho humano, quando assumem a forma mercadoria, se autonomizam e passam a subordinar as pessoas que os produzem. Entretanto, há aí uma diferença uma vez que a mercadoria possui existência concreta e material, ao passo que deuses são construções imaginárias (Geras, 2001).

A noção de fetichismo adota por Marx nos ajuda a desmistificar materialismos intuitivos e pueris que atribuem prioridade à matéria. Marx distancia-se de abordagens neomaterialistas, como as de Bruno Latour (1994a; 1994b), que substituem a necessária distinção entre sujeito e objeto (criador e criatura) pela ideia de actante, que representa um híbrido humano e não humano cuja capacidade de agenciar decorreria, simetricamente, tanto do seu lado humano quanto do seu lado não humano. Tal perspectiva diverge do pensamento marxiano e, o que é mais grave, representa a realidade de maneira distorcida e falsa. Como argumenta Dussel (2012), é necessário rejeitar concepções materialistas ingênuas que atribuem à matéria uma capacidade autônoma de agenciar. O aspecto essencial das relações sociais não é a tangibilidade ou intangibilidade dos frutos da criação humana, mas sua materialidade social. O que dá sentido à matéria é o conjunto das relações sociais envolvidas na produção e reprodução da vida, isto é, envolvidas nas dinâmicas sociais que engendram a sociabilidade humana (Amorim, 2018; Marx, 2013, 2024; Prado, 2004).

Dessa forma, tanto na Ciência da Informação quanto nas Ciências Sociais, torna-se fundamental investigar as diferentes manifestações contemporâneas de fetichismos, como os fetichismos da informação, da tecnologia e dos bens culturais. O desafio consiste em identificar os elementos suprassensíveis que permanecem ocultos à nossa percepção imediata, e assim revelar as relações sociais subjacentes às atividades humanas como, por exemplo, atividades que envolvem a manipulação de informações, atividades que fazem parte das cadeias produtivas dos bens digitais ou atividades envolvidas na indústria cultural.

Em resumo, para superar o fetichismo devemos desvelar as relações sociais ocultas por trás das manifestações fenomênicas das formas sociais. Mas o que são formas sociais?

7 AS FORMAS SOCIAIS

Entre as categorias mais relevantes adotadas por Marx em diversas passagens de sua obra, destaca-se a noção de forma social (2011, 2013a, 2014, 2017, 2024).

Ao examinar os fenômenos sociais, Marx diferencia aquilo que possui caráter universal, isto é, trans-histórico, que atravessa diferentes formações históricas, daquilo que

se configura sob formas sociais historicamente específicas. Cada aspecto da realidade passa por mudanças de forma social, num processo dinâmico e ininterrupto de sucessivas metamorfoses. Assim, cada forma social apresenta características sociais particulares e desempenha funções sociais específicas (Marx, 2013, 2014, 2017; Rubin, 1987).

Alguns exemplos ajudam a compreender essa perspectiva.

Marx introduz uma distinção entre o processo de produção e sua forma social historicamente específica, subordinada ao capital. Nesse contexto, a força de trabalho humana assume a forma social capital variável e os meios de produção assumem a forma social capital constante (2013a, 2022).

Outro exemplo relevante é o do ciclo do processo de produção capitalista, por meio do qual o capital atravessa sucessivas mudanças de forma social: capital monetário, capital produtivo, capital mercadoria e, reiniciando o ciclo, a forma capital monetário (Marx, 2014).

A mercadoria também constitui um caso ilustrativo da concepção marxiana de forma social. No capitalismo, a mercadoria torna-se portadora de relações sociais estabelecidas entre as pessoas, quando ela se torna mediadora das relações humanas. Nesse sentido, a mercadoria cumpre uma função social específica e assume uma forma social particular. É por isso que Marx (2013a) contrapõe a "existência material" da mercadoria à sua "existência social", que ele também denomina "existência funcional", conferindo primazia ao segundo aspecto em relação ao primeiro. Assim, a mercadoria tem um duplo caráter uma vez que tem uma existência material (técnico-natural) e uma existência funcional (social). No primeiro caso, encontram-se suas propriedades físico-materiais. No segundo, estão seus aspectos socioeconômicos (Rubin, 1987).

Marx (2013a) também recorre à noção de forma social ao abordar a tecnologia e o desenvolvimento tecnológico. Ao analisar a incorporação da ciência e da técnica aos processos produtivos capitalistas, sua atenção não se dirige apenas ao aspecto técnico-material da produção, mas principalmente à forma social assumida pelo trabalho e à forma social assumida pela própria tecnologia. Ao criticar o movimento ludista, que defendia a destruição das máquinas no início do século XIX, Marx evidencia o equívoco político desse tipo de ação conduzida por trabalhadores que não percebiam que o inimigo a ser enfrentado era, na verdade, a forma social de exploração dos meios de produção:

> foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus

> ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio (Marx, 2013a, p. 501).

Os exemplos mencionados ilustram como Marx faz uso da noção de forma social ao longo da sua obra. Em semelhante direção, ao analisarmos o mundo contemporâneo e os objetos de pesquisa do campo da Ciência da Informação, devemos indagar: que formas sociais os centros de informação e memória assumem atualmente? E no caso da cultura em suas diversas manifestações? E no caso das artes? Da ciência e suas aplicações? Das tecnologias digitais? Da inteligência artificial?

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo uma tendência que, há algumas décadas, predomina na área de Ciências Sociais, na Ciência da Informação prevalece o que Cardoso (1971) chamou de mito do método, ou seja, o mito da existência de um método de pesquisa de matriz epistemológica cartesiana cujas regras e técnicas garantiriam por si só a obtenção dos resultados desejados.

O método da crítica da economia política apresenta um caminho para evitarmos as armadilhas desse mito. No entanto, a aplicação do método de Marx ao campo da Ciência da Informação exige que tenhamos em mente que parte dos objetos de pesquisa desse campo, como os centros de informação e memória (bibliotecas, arquivos e museus), são instituições públicas cujos acervos são compostos por bens públicos e que, portanto, ainda não assumiram a forma social mercadoria e não estão a serviço do lucro. Nesse contexto, o método da crítica da economia política pode ser útil, desde que as pesquisas busquem a articulação do objeto investigado e seus agentes com o sistema capitalista.

Mas essa ressalva não limita a aplicação desse método a poucos fenômenos e objetos de investigação, uma vez que, cada vez mais, o capital avança para colonizar todos os aspectos da vida humana. Alguns exemplos merecem ser citados. Cultura, arte e informação cada vez mais são transformadas em mercadorias e passam a estar subordinadas à coerção capitalista. Diferentes atividades culturais, artísticas e informacionais, que até então não estavam submetidas aos imperativos capitalistas, progressivamente assumem a forma social do trabalho explorado pelo capital. No campo das tecnologias, as plataformas digitais, que poderiam assumir uma forma social a serviço da educação e da difusão cultural, transformam-se em monopólios digitais que se apropriam de frutos coletivos do espírito humano, como conhecimentos, saberes e informações, para monetização, dominação simbólica e ideológica.

Se a crítica da economia política tivesse maior influência no campo da Ciência da Informação, teriam sido menores as chances de o campo ter sido capturado, há algumas décadas, por noções como a de sociedade da informação e inclusão digital que, apesar de carregarem propósitos emancipatórios, revelaram-se meras ilusões idealistas (Marques, 2022). Também seriam menores as chances de pesquisadores, diante do desafio de mitigar o fenômeno da desinformação que circula nas plataformas digitais, abraçarem e promoverem iniciativas, como o letramento informacional e a competência em informação, sem perceberem os severos limites que subjazem a dessas proposições (Marques, 2025).

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique José Domiciano. **Trabalho imaterial:** Marx e o debate contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2018.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens:** nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O Mito do Método**. Texto mimeografado, PUC-Rio, 1971.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A periodização e a ciência da história:** observações preliminares. Relatório de pesquisa. 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Aula gravada no Programa de Mestrado em Planejamento Educacional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Do materialismo no método de Marx. *In:* Colóquio Marx e Engels, 4, 2005, Campinas. **Anais [...]**, Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=456757&tipoMidia=0 Acesso em: 12 maio. 2026.

CHASIN, José. **Marx:** estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx:** um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GERAS, Norman. Fetichismo. *In:* BOTTOMORE, T (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESPAN, Jorge. **Marx:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Prefácio. *In:* HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2003.

KONDER, Leandro**. O que é a dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994a.

LATOUR, Bruno. On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, [*s.l.*], v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994b.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal Lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo.** Porto Alegre: L&PM. 2010.

LENIN, Vladimir Ilyich. Kommunismus. **Journal of the Communist International**, Viena, n. 1-18, 1920. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm Acesso em: 12 maio 2026.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, György. **História de consciência de classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história:** das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista. São Paulo: Sundermann, 2018.

MANDEL. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1978.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da Ciência da Informação. *In:* SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da Cunha; MARQUES, Rodrigo Moreno (org.). **Informação, Mediação e Cultura:** teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2022.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Ilusões da Razão Idealista: os limites da competência em informação como instrumento para mitigar o fenômeno social da desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2025. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/760 Acesso em: 12 maio 2026.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In:* MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. Prefácio da primeira edição. *In:* MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição. *In:* MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013c.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl**. O Capital:** crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, Karl. Prefácio. *In:* Marx, Karl. **Para crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em O Capital. **Boletim SEAF-MG**, v. 2, 1982.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

PAULA, João Antônio. A "introdução" dos Grundrisse. *In:* PAULA, João Antônio (Org). **O ensaio geral:** Marx e a crítica da economia política (1857-1858). Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Uma crítica à economia política do imaterial de André Gorz. **Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, [*s.l.*], v. 11, p. 45-70, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/GLBk9bvQG4HdZypggcnvYws/?lang=pt&ilang=en Acesso em: 12 maio 2026

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Polis. 1987.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pareceristas do XXVI ENANCIB que avaliaram o trabalho e apresentaram pertinentes considerações sobre o texto. Pesquisa financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).